

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas

PLANTA REGIÃO I

FIXA

BANDA LARGA

TV

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2017 com 12,2 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 54,1%, segundo a ANATEL(\*).

2017

12.170

2016

12.780

Var. %

-4,8%

7.904

8.554

3.258

3.371

1.008

855

17,9%

Na Banda Larga encerramos 2017 com uma base de 3,3 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,4% em relação a 2016.

A planta de TV da Oi fechou 2017 com 1,01 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 17,9% em relação a 2016.

(\*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2017.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 19.946 milhões em 2017, um decréscimo de 4,0% em relação ao ano anterior. A TMAR registrou EBITDA negativo de R\$ 1.054 milhões em 2017, um decréscimo de 134,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 4.334 milhões, representando um aumento no prejuízo da Companhia de 26,8% em relação a 2016.

Agradecemos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que designaram a nossa companhia, especialmente, em 2017.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

Nota

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

9

637.113

816.498

1.402.504

2.944.417

3.016.169

2.272.222

Aplicações financeiras

9

577

67.779

7060

95.507

136.668

Instrumentos financeiros derivativos

3

378.477

378.477

Contas a receber

10

3.304.807

3.362.097

3.737.154

6.384.176

6.810.927

6.645.602

Estoque

777.17

1.380

68.610

204.908

344.069

317.336

Tributos correntes a recuperar

11

145.314

357.590

170.256

647.126

800.391

544.018

Outros tributos

12

576.991

395.490

261.810

808.330

677.863

513.387

Dividendos e juros sobre o capital próprio

24

870.125

1.166.950

184.485

27.940

27.940

27.940

Depósitos e bloqueios judiciais

13

262.870

202.973

324.885

336.561

287.500

370.778

Ativo relacionado aos fundos de pensão

23

90

705

53

Demais ativos

1.321.728

1.069.057

816.436

1.235.582

1.414.817

1.333.090

7.196.665

7.372.612

7.432.396

12.596.190

13.475.888

12.539.571

Não circulante

Aplicações financeiras

9

84.729

165.218

105.386

Instrumentos financeiros derivativos

3

1.168.813

1.168.813

Ativo financeiro disponível para venda

3.1 (f)

89.198

64.044

103.500

89.198

64.044

103.500

Créditos com partes relacionadas

24

861.822

861.806

885.628

5.481.382

5.004.761

887.364

Tributos diferidos a recuperar

11

363.913

716.349

Outros tributos

12

315.814

415.183

322.296

442.369

546.174

465.202

Depósitos e bloqueios judiciais

13

2.862.370

2.785.719

2.933.892

3.936.743

3.693.411

3.724.179

Ativo relacionado aos fundos de pensão

23

3.774

3.813

4.839

Demais ativos

239.040

89.845

122.621

259.519

162.770

214.549

Investimentos

14

8.048.392

8.398.530

8.312.032

122.438

121.580

140.817

Imobilizado

15

12.408.503

11.872.581

11.729.055

21.007.535

20.294.338

19.999.100

Intangível

16

265.326

443.171

609.809

2.200.146

2.511.492

2.818.046

25.090.465

24.930.879

26.551.559

33.627.833

32.567.601

30.348.144

Total do ativo

32.287.130

32.303.491

33.983.956

46.224.023

46.043.489

42.887.717

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

Nota

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

Fornecedores

3.708.720

2.964.751

1.861.601

6.654.926

5.655.092

5.182.166

Salários, encargos sociais e benefícios

322.675

194.684

238.872

746.073

556.335

491.378

Empréstimos e financiamentos

17

11.045.059

10.230.530

2.259.612

13.013.574

11.691.481

2.528.635

Instrumentos financeiros derivativos

3

98.505

98.505

Tributos correntes a recolher

11

4.022

18.846

12.016

559.110

384.841

226.312

Outros tributos

12

286.287

318.416

327.100

738.438

944.168

782.281

Dividendos e juros sobre o capital próprio

24

849.136

849.097

850.559

849.136

849.097

850.559

Autorizações e concessões a pagar

18

55.804

20.306

77.421

911.930

Programa de refinanciamento fiscal

19

115.114

31.877

30.945

131.660

48.542

35.739

Provisões para fundos de pensão

23

55

301

252

Provisões

20

155.138

176.907

293.613

352.713

287.514

398.782

Demais obrigações

21

435.066

262.932

177.778

1.446.799

1.697.520

1.206.249

16.921.217

15.103.844

6.150.601

24.512.790

22.192.312

12.712.806

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

17

3.884.642

3.517.061

11.415.590

9.344.851

8.248.073

12.903.151

Tributos diferidos a recolher

11

419.861

353.435

500.110

826.327

Outros tributos

12

355.727

338.714

327.377

828.150

898.119

798.084

Autorizações e concessões a pagar

18

604

4.073

6.607

Programa de refinanciamento fiscal

19

223.046

217.825

239.273

260.649

265.630

279.695

Provisões para fundos de pensão

23

330

33

36

Provisões

20

2.886.521

1.479.853

1.332.306

3.877.053

2.308.547

1.568.800

Demais obrigações

21

1.780.514

1.207.359

1.278.073

1.222.780

1.291.528

1.394.971

9.550.311

7.114.247

14.592.619

16.034.527

13.842.330

16.951.344

Patrimônio líquido

22

Capital social

11.661.092

11.661.092

11.661.092

11.661.092

11.661.092

11.661.092

Reservas de capital

255.807

1.667.378

255.807

1.667.378

1.667.378

1.667.378

Reservas de lucro

1.270.767

3.626.060

3.626.060

3.626.060

3.626.060

3.626.060

Agio em transações de capital e variações de percentagens de participações

(90.980)

(90.980)

(90.980)

(90.980)

(90.980)

(90.980)

Outros resultados abrangentes

8.568

6.854

(41.736)

8.568

6.854

(41.736)

Prejuízos acumulados

(6.018.885)

(4.429.711)

(3.581.078)

(6.018.885)

(4.429.711)

(3.581.078)

5.815.602

10.085.400

13.240.736

5.815.602

10.085.400

13.240.736

Participação dos não controladores

(138.896)

(76.553)

(17.169)

Total do patrimônio líquido

5.815.602

10.085.400

13.240.736

5.815.602

10.085.400

13.240.736

Total do passivo e patrimônio líquido

32.287.130

32.303.491

33.983.956

46.224.023

46.043.489

42.887.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

Nota

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

(Reapresentado)

Receitas de vendas e/ou serviços

4

7.696.270

9.298.084

19.946.302

20.767.012

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

5

(6.882.689)

(7.690.650)

(13.310.415)

(13.774.752)

**Lucro bruto**

**813.581**

**1.607.434**

**6.635.887**

**6.992.260**

**Recargas (despesas) operacionais**

Resultado de equivalência patrimonial

14

(201.739)

421.234

(1.091)

1.392

Despesas com vendas

15

(1.576.210)

(1.649.181)

(3.976.149)

(3.834.254)

Despesas gerais e administrativas

5

(814.918)

(999.699)

(2.175.965)

(2.432.095)

Outras receitas operacionais

6

1.020.521

918.790

1.650.272

1.267.753

Outras despesas operacionais

6

(5.286.590)

(1.015.802)

(7.144.103)

(3.020.445)

**(6.858.936)**

**(2.324.658)**

**(11.647.036)**

**(8.017.649)**

**Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos**

**(6.045.355)**

**(717.224)**

**(5.011.149)**

**(1.025.389)**

Receitas financeiras

7

3.873.029

498.030

4.874.435

1.407.396

Despesas financeiras

7

(2.382.720)

(2.248.375)

(4.316.525)

(1.888.602)

**Resultado financeiro**

**7.149.309**

**(1.750.345)**

**557.910**

**(481.206)**

**Prejuízo antes das tributações**

**(4.555.046)**

**(2.467.569)**

**(4.453.239)**

**(1.506.595)**

**Imposto de renda e contribuição social**

Corrente

8

(125.852)

(48.454)

(728.293)

(397.606)

Diferido

8

409.386

(68.712)

847.677

(1.513.246)

**283.534**

**(736.357)**

**119.384**

**(1.910.852)**

**Prejuízo do exercício**

**(4.271.512)**

**(3.203.926)**

**(4.333.855)**

**(3.417.447)**

Prejuízo atribuído aos controladores

(4.271.512)

(3.203.926)

(4.271.512)

(3.203.926)

Prejuízo atribuído aos não controladores

(62.343)

(213.521)

Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)

22(f)

(12,40)

(9,30)

(12,40)

(9,30)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

2017

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

Prejuízo do exercício

(4.271.512)

(3.203.926)

(4.333.855)

(3.417.447)

Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"

86.872

86.872

Perda atuarial reflexa

(356)

(309)

(356)

(309)

Variação de participação de investimentos

1.949

(8.541)

1.949

(8.541)

**Resultado abrangente antes dos impostos**

**(4.269.919)**

**(3.125.904)**

**(4.332.262)**

**(3.339.425)**

Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:

Contabilidade de "hedge"

(29.537)

(29.537)

Perda atuarial reflexa

121

105

121

105

**Total do resultado abrangente do exercício**

**(4.269.798)**

**(3.155.336)**

**(4.332.141)**

**(3.368.857)**

Resultado abrangente atribuído ao controlador

(4.269.798)

(3.155.336)

(4.269.798)

(3.155.336)

Resultado abrangente atribuído ao não controlador

(62.343)

(213.521)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

2017

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Atividades de investimentos

Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível

(1.948.973)

(1.409.608)

(3.568.085)

(2.579.607)

Créditos com partes relacionadas - Liberações

(4.207.247)

Créditos com partes relacionadas - Recebimentos

25.035

963

584.982

Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível

48

130.396

11

133.988

Depósitos e bloqueios judiciais

(95.221)

(265.405)

(178.013)

(469.362)

Resgates de depósitos e bloqueios judiciais

99.687

136.226

166.613

200.653

Aumento/Redução dos investimentos permanentes

(9)

12.088

Aumento de capital em controladas

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

**(1,944.459)**

**(1,929.548)**

**(3,578.511)**

**(6,324.505)**

**Atividades de financiamentos**

Captações líquidas de custos

55.442

1.933.084

45.589

8.589.965

Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing

(1,191.356)

Autorizações e concessões

(66.915)

(68.405)

(204.778)

Programa de refinanciamento fiscal

(71.425)

(26.052)

(103.339)

(31,206)

Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio

(9)

(22)

(9)

(22)

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

**(82,907)**

**715,654**

**(157,215)**

**5,873,649**

Variação cambial sobre equivalentes de caixa

81

(2,966)

565

(154,850)

**Fluxo de caixa do exercício**

**(179,385)**

**(586,006)**

**(71,752)**

**743,947**

Caixa e equivalentes de caixa

Saldo final

637.113

816.498

2.944.417

3.016.169

3.016.169

2.272.222

Saldo inicial

816.498

1.402.504

3.016.169

2.272.222

**Variação no exercício**

**(179,385)**

**(586,006)**

**(71,752)**

**743,947**

**DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**Transações não caixa**

Controladora

Consolidado

2016

01/01/2016

2016

01/01/2016

2017

(Reapresentado)

2017

(Reapresentado)

Compensação de depósitos judiciais contra provisões

Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)

584.055

836.087

978.780

1.478.552

Aumento de capital em controladas

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

-&gt; continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2017 E 1 DE JANEIRO DE 2016  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores																				
	Reservas de capital						Reservas de lucro				Agiu em transações de capital e variações de percentagens de participações		Outros resultados abrangentes		Total da participação dos acionistas controladores		Participação dos acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido		
	Capital social	ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados													
Em 1 de janeiro de 2016 (anteriormente apresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	16.821.814	(3.581.078)	(17.169)	16.821.814							
Ajustes								(3.581.078)													
Em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	13.240.736		(17.169)	13.223.567							
Aumento de capital em controladas																					
Gainho de contabilidade de "hedge"																					
Perda atuarial reflexa											57.335	57.335		57.335							
Variação de participação de investimentos											(204)	(204)		(204)							
Prejuízo do exercício											(8.541)	(8.541)		(8.541)							
Realização da reserva de investimentos								(3.203.926)			(3.203.926)		(213.521)	(3.417.447)							
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	2.355.293	(4.429.711)	(90.980)	6.854	10.085.400	(235)	(76.553)	10.008.847							
Perda atuarial reflexa											(235)	(235)		(235)							
Variação de participação de investimentos											1.949	1.949		1.949							
Prejuízo do exercício																					
Realização de reserva de ágio na subscrição de ações		(1.038.525)						(4.271.512)			(4.271.512)		(62.343)	(4.333.855)							
Realização de reserva de doações e subvenções			(373.046)					373.046													
Realização de reserva legal					(245.441)			245.441													
Realização de reserva de incentivos fiscais						(20.759)		20.759													
Realização de reserva de investimentos							(1.004.567)	1.004.567													
Em 31 de dezembro de 2017	11.661.092	254.136		1.671	255.807			(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602		(138.896)	5.676.706							
	11.661.092							(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.602		(138.896)	5.676.706							





←continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS B) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 R1 / IAS 36). Com a aprovação e homologação do PJA (Nota 1), a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora).

(b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICMV 371/2002). Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.663 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 455 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências. Com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no escrutínio e conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança de forma mais efetiva de extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais.

Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Desse trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia neste momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste.

Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza cível e trabalhista existentes à época. (Nota 20).

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 968 milhões (R\$ 877 milhões na controladora) e R\$ 37 milhões (R\$ 98 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 491 milhões (R\$ 499 milhões na controladora) e R\$ 35 milhões (R\$ 50 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 456 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetária sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo. A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção de suportes e conciliação de saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber de R\$ 176 milhões (R\$ 146 milhões na controladora), e aumento de fornecedores em R\$ 186 milhões (R\$ 1 milhão na controladora).

(e) Realização de Créditos Tributários. A Companhia identificou, nas correspondentes datas bases, que o saldo de tributos diretos e indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para a contestação junto das autoridades competentes.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 198 milhões (R\$ 138 milhões na controladora) e R\$ 43 milhões (R\$ 43 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 214 milhões (R\$ 138 milhões na controladora). O resultado líquido de 2016 foi reduzido pelo reconhecimento de perda adicional relativa a realização de créditos tributários em R\$ 16 milhões.

(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados. A Companhia realizou estimativa de receita de serviços prestados e não faturados a clientes, usando para esse efeito informação sobre a evolução física dos serviços prestados. Verificou-se que a Companhia não usou na estimativa de 1 de janeiro de 2016 da receita por serviços prestados e não faturados a informação mais atual existente na época.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa parcial do saldo da provisão para receita não faturada em R\$ 160 milhões (R\$ 39 milhões na controladora).

(g) Conciliação de contas a receber. A Companhia reconciliou para a data-base de 31 de dezembro de 2016 a informação sobre os serviços prestados, as notas fiscais emitidas e os registros contábeis da subsidiária Brasil S.A., tendo identificado a necessidade de proceder à baixa de saldos contábeis de contas a receber pela sua não realização à época.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2016 a baixa das contas a receber em R\$ 96 milhões (sem efeito direto na controladora), com igual efeito no resultado líquido de 2016.

(h1) Aquisição da Rede Conecta – realocação do preço de compra.

A Companhia realizou, conforme requerimentos do CPC 15 (IFRS 3) – Combinação de Negócios, ajustes retrospectivos aos valores provisórios de ativos e passivos da adquirida Rede Conecta, registrados a valor justo, para refletir novas informações sobre fatos e circunstâncias relevantes e depósitos judiciais já existentes na data da aquisição. A Companhia reconheceu a essa data os efeitos da alteração dos ajustes retrospectivos de alocação do preço de compra, incluindo a baixa de depósitos judiciais já levantados pelos autores (ver ajuste (c)) em R\$ 177 milhões, a baixa de outros ativos em R\$ 15 milhões e o aumento da provisão para contingências em R\$ 203 milhões, tendo dessa forma concluído o processo de alocação do preço de compra. O registro da reemsuneração dos ajustes a valor de mercado dos ativos e passivos aumentou o ágio registrado inicialmente.

A alocação do preço de compra provisória da aquisição da Rede Conecta registrada em 31 de dezembro de 2016 e a alocação do preço de compra definitiva e corrigida retroativamente é como segue:

	Alocação provisória 2016		Remensuração	Alocação Final
Ativo circulante	234.961	(14.991)		219.970
Ativo não circulante	218.858	(177.016)		41.842
<b>Ativo total</b>	<b>453.819</b>	<b>(192.007)</b>		<b>261.812</b>
Passivo circulante	669.127	203.266		872.393
Passivo não circulante	303.998			303.998
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)		(911.359)
<b>Passivo total</b>	<b>453.819</b>	<b>(192.007)</b>		<b>(607.361)</b>
Valor de aquisição				185.129
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)		(911.359)
<b>Ágio</b>	<b>516.086</b>	<b>395.273</b>		<b>911.359</b>

(n2) Realização do ágio da Rede Conecta e da Telemont.

Com o objetivo de correção de erro, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia, de forma consistente com o assunto mencionado no ajuste (a), reconheceu uma perda no valor recuperável do ágio calculado, nos termos do CPC 15 (IFRS 3), no âmbito da alocação do preço de compra da adquirida Rede Conecta e da Telemont no montante de R\$ 937 milhões.

(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes. Refere-se a equivalência patrimonial reflexa sobre os ajustes provenientes de controladas decorrentes dos assuntos acima descritos. Em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica foi reduzida em R\$ 1.255 milhões e R\$ 2.377 milhões, respectivamente e o resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.122 milhões. Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Saldos representados em Ajustes 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Saldos representados em Ajustes 31/12/2016
<b>Ativo circulante</b>	<b>7750.966</b>	<b>(318.569)</b>	<b>7432.397</b>	<b>10.553.403</b>
Contas a receber				
(c) (f)	3.921.861	(184.707)	3.737.154	6.982.060
Tributos correntes a recuperar (b)	165.976	4.280	170.256	522.396
Outros tributos (e)	419.953	(138.142)	281.811	196.994
Outros ativos	3.243.176		3.243.176	4.636.564
<b>Ativo não circulante</b>	<b>29.910.577</b>	<b>(3.359.018)</b>	<b>26.551.559</b>	<b>33.283.209</b>
Tributos diferidos a recuperar (a) (b)	1.547.687	(1.183.774)	363.913	2.400.949
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	3.810.900	(877.008)	2.933.892	4.692.293
Investimento (b) (Intangível)	9.567.030	(1.255.067)	8.311.963	140.617
Outros ativos (d) (e)	14.375.082	(43.169)	14.331.913	22.991.922
<b>Ativo total</b>	<b>37.661.543</b>	<b>(3.677.587)</b>	<b>33.983.956</b>	<b>46.336.612</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>6.149.116</b>	<b>1.483</b>	<b>6.150.601</b>	<b>185.129</b>
Fornecedores (d)	1.860.118	1.483	1.861.601	4.995.973
Outros passivos	4.289.000		4.289.000	7.530.640
<b>Passivo não circulante</b>	<b>14.690.298</b>	<b>(97.992)</b>	<b>14.592.306</b>	<b>16.998.185</b>
Provisões (c)	1.430.298	(97.992)	1.332.306	1.605.641
Outros passivos	13.260.313		13.260.313	15.382.544
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16.821.814</b>	<b>(3.581.078)</b>	<b>13.240.736</b>	<b>16.821.814</b>
Prejuízo do exercício				(3.581.078)
Outros	16.821.814		16.821.814	
<b>Participação dos não controladores</b>				
<b>Passivo total</b>	<b>37.661.543</b>	<b>(3.677.587)</b>	<b>33.983.956</b>	<b>46.336.612</b>

	Controladora		Consolidado	
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos representados em Ajustes retroativos a 2015 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos representados em Ajustes retroativos a 2015 31/12/2016
<b>Ativo circulante</b>	<b>7.750.966</b>	<b>(318.569)</b>	<b>7.432.397</b>	<b>10.553.403</b>
Contas a receber				
(d) (f) (g)	3.546.804	(184.707)	3.362.097	7.233.850
Tributos correntes a recuperar (b)	339.529	4.280	335.249	745.914
Outros tributos (e)	535.776	(138.142)	396.490	892.217
Outros ativos (h1)	3.257.465		3.257.465	5.201.703
<b>Ativo não circulante</b>	<b>28.866.991</b>	<b>(3.359.018)</b>	<b>24.930.879</b>	<b>35.446.180</b>
Tributos diferidos a recuperar (b)	119.969	(1.183.774)	1.063.785	418.200
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	4.161.342	(877.008)	3.284.334	5.329.309
Investimentos (b) (Intangível)	10.775.861	(1.255.067)	9.520.794	121.580
Outros ativos (h1) (h2)	443.171		443.171	3.292.804
<b>Ativo total</b>	<b>13.346.628</b>	<b>(43.169)</b>	<b>13.303.459</b>	<b>26.284.287</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>5.357.268</b>	<b>1.483</b>	<b>5.358.751</b>	<b>15.303.459</b>
Fornecedores (d)	1.963.268	1.483	1.964.751	5.468.899
Outros passivos	3.394.000		3.394.000	9.834.560
<b>Passivo não circulante</b>	<b>6.909.063</b>	<b>(97.992)</b>	<b>6.811.071</b>	<b>12.883.939</b>
Tributos diferidos a receber (b) (e)	1.628.104	(97.992)	1.530.112	2.176.483
Outros passivos	5.279.959		5.279.959	10.707.456
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14.515.111</b>	<b>(3.581.078)</b>	<b>10.934.033</b>	<b>14.515.111</b>
Prejuízos acumulados				(3.581.078)
Prejuízos do exercício				(848.633)
Outros	14.515.111		14.515.111	
<b>Participação dos não controladores</b>				
<b>Passivo total</b>	<b>36.226.535</b>	<b>(3.677.587)</b>	<b>32.548.948</b>	<b>40.168.226</b>

Conciliação do Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016¹</b>	<b>16.821.814</b>	<b>16.821.814</b>
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração	(239.182)	(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(1.179.493)	(1.662.970)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(779.017)	(931.165)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(181.313)	(242.165)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(1.255.066)	
<b>Patrimônio líquido representado em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>13.240.736</b>	<b>13.223.567</b>

¹ Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2016¹</b>	<b>14.515.111</b>	<b>14.629.803</b>
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração	(239.182)	(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(455.362)	(1.190.049)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(1.227.373)	(1.387.680)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(183.457)	(257.525)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.034)	(159.609)
(g) Conciliação de contas a receber		(86.468)
(h) Realização de ágio da Rede Conecta		(937.403)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(2.377.332)	
<b>Patrimônio líquido representado em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10.085.400</b>	<b>10.008.847</b>

¹ Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.598.247 e R\$ 1.022.709.

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora						Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016					Saldos representados em 31/12/2016
	(a)	(b)	(c)	(e)	(f)		(a)	(b)	(c)	(e)	(f)	
<b>Reculta de venda de bens e/ou serviços</b>	<b>9.286.084</b>						<b>9.286.084</b>					<b>9.286.084</b>
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7690.650)						(7690.650)					(7690.650)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.607.434</b>						<b>1.607.434</b>					<b>1.607.434</b>
Despesas/Receitas operacionais	(936.328)						(936.328)					(936.328)
Resultado de equivalência patrimonial	1.543.498						1.543.498					1.543.498
Despesas com vendas	(1.649.181)						(1.649.181)					(1.649.181)
Despesas gerais e administrativas	(999.659)						(999.659)					(999.659)
Outras receitas operacionais	918.790						918.790					918.790
Outras despesas operacionais	(750.336)						(750.336)					(750.336)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>670.506</b>						<b>670.506</b>					<b>670.506</b>
Resultado financeiro	(1.055.312)						(1.055.312)					(1.055.312)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(384.806)</b>						<b>(384.806)</b>					<b>(384.806)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro												
Resultado do exercício	(1.480.487)	724.130					(1.480.487)	724.130				(756.357)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	724.130					(2.355.293)	724.130				(2.355.293)
<b>Consolidado</b>												

	Controladora						Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016					Saldos representados em 31/12/2016
	(a)	(b)	(c)	(e)	(f)		(a)	(b)	(c)	(e)	(f)	
<b>Reculta de venda de bens e/ou serviços</b>	<b>13.774.752</b>						<b>13.774.752</b>					<b>13.774.752</b>
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(6.992.260)						(6.992.260)					(6.992.260)
Despesas/Receitas operacionais (i)	(6.655.219)						(6.655.219)					(6.655.219)
Resultado de equivalência patrimonial	1.392						1.392					1.392
Despesas com vendas	(3.747.789)						(3.747.789)					(3.747.789)
Despesas gerais e administrativas	(2.432.095)						(2.432.095)					(2.432.095)
Outras receitas operacionais	1.267.753						1.267.753					1.267.753
Outras despesas operacionais	(1.744.480)						(1.744.480)					(1.744.480)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>337.041</b>						<b>337.041</b>					<b>337.041</b>
Resultado financeiro	(348.001)						(348.001)					(348.001)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(10.960)</b>						<b>(10.960)</b>					<b>(10.960)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro												
Prejuízo do exercício	(2.383.778)	472.926					(2.383.778)	472.926				(1.910.852)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.384.738)	472.926					(2.384.738)	472.926				(2.384.738)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)						(39.445)					(39.445)
<b>Consolidado</b>												

Conciliação do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora						Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016			
--	--------------	--	--	--	--	--	-------------------------------------------------	--	--	--



← continuação

## TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

**Empresas do grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a situação financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de operação hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas com um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e
- água e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**Combinações de negócios**

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma combinação de negócios é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido e o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

**Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos. A depreciação de provisão é calculada pelo método de custo aplicado, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como de amortização, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de depreciação e amortização são calculados com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

**Ativo financeiro disponível para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu custo de aquisição, de qualquer modo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O método de medição de equidade é aplicado quando o valor de um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**Investimentos**

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligações, são avaliadas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

**Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de depreciação e amortização são calculados com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no custo do imobilizado conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam diretamente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens arrendados sob contratos de arrendamento não registrados no imobilizado pelo valor justo e, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

**Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada é revisada no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados como instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, contanto que não estejam sujeitos a amortização, são avaliados pelo valor justo menos o efeito de necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual o teste de Caixa, o qual é identificado de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o grupo é alocado na Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor de negócios da qual o grupo se originou.

**Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida global é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de caixa; (iii) ausência de saldos e transações e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

**Deterioração de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto no fluxo de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo no valor contábil em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

**Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo de aquisição e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Desde a entrada em recuperação judicial, os empréstimos e financiamentos passaram a ser classificados como passivos correntes.

**Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas contrapartidas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

**Provisões**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxa de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são trabalhistas e cíveis.

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo, os pareceres de especialistas externos são solicitados para avaliar as áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civil estratégico.

O Plano de Recuperação Judicial, homologado em 8 de janeiro de 2018, inclui um conjunto de propostas de pagamento de dívidas decorrentes de Contingências. No entanto, como ainda em se tratando de um evento subsequente, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial tem um efeito no fluxo de pagamentos futuros das contingências, tendo em vista o efeito da extinção das dívidas incluídas na recuperação judicial por conta da novação, nos termos da lei. Desta forma a Companhia passou a considerar nas estimativas das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 o efeito do Plano de Recuperação Judicial no balanço da Companhia. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**Benefícios a empregados**

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para cobrir todos os encargos ou benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção de taxa de juros privats. A obrigação reconhecida no balanço da Companhia é o valor presente do benefício definido que é superior ao valor presente dos benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de reembolso e de benefícios em dinheiro, em contrapartida de contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da Companhia, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

**Reconhecimento das receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o cliente reconhece o valor da mesma, podendo ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas financeiras são contabilizadas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**Reconhecimento das despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

**Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos decorrentes das operações são calculados com base nas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido quando os estudos técnicos não seja mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e aprovados pelo Comitê de Administração Fiscal, e os efeitos são registrados nos resultados das revisões.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos leva em consideração as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**(d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Nas Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e premissas podem ser significativas de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

**Reconhecimento de receita e contas a receber**

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor contábil das receitas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

**Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa**

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, após a depreciação, que não possam ser cobradas e implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para esses acordos são reconhecidos como despesas de redução ao valor recuperável e provisões adicionais podem ser necessárias.

**Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos são determinadas com base nas vidas úteis estimadas na Nota 15, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

**Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

Os ativos de longa duração são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. Os cálculos de valor em uso envolvem o uso de estimativas e premissas. Derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia revisa anualmente os valores em uso e o valor de venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos. Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções da Companhia e as projeções aprovadas pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa aprovado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2017, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,11% (2016 – 11,31% / 01/01/2016 - 13,2%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ação por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade geradora de caixa.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora) (Nota 2).

**Provisões**

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 20.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que envolvem o sucesso do Plano de Recuperação Judicial, incluindo a implementação do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre: (i) o imposto de renda sobre o lucro corrente e diferido, que é reconhecido de acordo com a legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

As diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam gerar resultados diferentes. Todas as premissas são revisadas anualmente. As mudanças nas premissas são registradas nos resultados das revisões.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

**Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As alterações de normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - a norma altera a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referência norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018 e é aplicável aos instrumentos financeiros. Reconhecimento e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros.

A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (v) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (vi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (vii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (viii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (ix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (x) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xiv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xvi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xx) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxiv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxvi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxx) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxiv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxvi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xxxix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xl) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvi) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlv) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlviii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlvix) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xli) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xlii) a mensuração da perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (xliiii) a mensuração da perda esperada de

—continuação

# TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2018, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia.

## Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, é não restituível, e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato. Essa atividade não resulta na transferência de bem ou do serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho futura, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões (R\$ 345 milhões na controladora). Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar pelo preço recebido pelo preço de venda do produto resultante na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 69 milhões na controladora).

A Companhia pretende aplicar a abordagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2018.

IFRS 16 - "Arrendamentos" – A nova norma elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17 / CPC 06, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 e correspondentes interpretações. A Companhia ainda se encontra em fase inicial de avaliação da estimativa de impacto do IFRS 16 e ainda não possui controle de implementação de uso dos correspondentes passivos de locação que terão que ser reconhecidos na adoção inicial da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

## 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

### 3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 40 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas de que o mercado utilizado quando ativamente negociado, o valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos dos riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo deve ser baseado no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possui acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos de mercados ativos ou que possam controlar os dados de observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, metodologias similares que deem eficácia julgando ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva liquidez (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A intenção da Administração da Companhia é assegurar que os valores de mercado, quando disponíveis, estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros registrados a custo amortizado serão remensurados em função do seu valor justo (Nota 27).

Os valores contábeis e os principais dados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2018 são resumidos como segue:

Mensuração contábil	2017			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	73.462	73.462	168.184
Equivalentes de caixa	Valor justo	563.651	563.651	2.776.233
Aplicações financeiras	Valor justo			91.789
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.304.807	3.304.807	6.384.176
Creditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.186.125	1.186.125	5.805.685
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	870.125	870.125	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.301
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			20.910
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309

Mensuração contábil	2016			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.362.097	3.362.097	6.810.927
Creditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.964.751	2.964.751	5.655.092
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317
Debêntures	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.097	849.097	849.097
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	55.804	55.804	81.494
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172

Mensuração contábil	2016			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	677.79	677.79	2.425.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.737.154	3.737.154	6.645.602
Creditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.861.601	1.861.601	5.182.166
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781
Debêntures	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	98.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			918.537
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.439

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, no dia 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo CI, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os valores registrados nas demonstrações de acordo com os termos e condições do PRJ, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício de 2017:

(i) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharo SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharo no montante de R\$ 25.154 (2016 – R\$ 38.498 e 01/01/2016 – R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 16.602 (2016 – R\$ 26.041 e 01/01/2016 – R\$ 96.756). (ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Para o exercício encerrado em 2017, parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados serão controlizados pelo seu valor justo de acordo com as condições do PRJ.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores em dezembro de 2017 têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, terão seus créditos recebíveis por até 20 dias úteis, após a data de vencimento de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberão o saldo remanescente em quatro parcelas anuais.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e 1 de janeiro de 2016, são detalhados a seguir:

Hierarquia do valor justo	2017			
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e contas bancárias	Nível 1	73.462	77.024	195.166
Equivalentes de caixa	Nível 2	563.651	739.474	1.207.338
Aplicações financeiras	Nível 2	577		91.789
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2			1.547.290
Ativos mantidos para venda	Nível 3	89.198	64.044	103.500
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2			98.505

Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 1 de janeiro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

### (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares"). Para títulos negociados em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

### (b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía operações de derivativos contratuais vigentes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Ganho (perda) com "swap" cambial		(822.039)		(822.039)
Operações de termo em moedas		(152.265)		(152.265)
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros		129		129
<b>Total</b>		<b>(973.875)</b>		<b>(973.875)</b>

Fazê a inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes.

### 3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo CI. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, em consequência, do protocolo de pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até ser liquidado em sua totalidade em julho do mesmo ano.

### 3.2.1. Risco de mercado

#### (a) Risco de taxa de câmbio

##### Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio, o que poderia aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 40,0% (2016 – 41,2% e 01/01/2016 – 49,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos.

Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

	2017			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	5.195.481	5.195.481	4.932.287	4.932.287
Instrumentos financeiros derivativos			11.699.390	11.699.390
<b>Total</b>			2.571	2.571

	2016			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	12.010.159	12.010.159	10.525.739	10.525.739
Instrumentos financeiros derivativos			13.192.748	13.192.748
<b>Total</b>			2.571	2.571

### Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2017 – conforme determinado na Instrução CVM nº 475, a Companhia não possui exposição cambial relevante. A análise de sensibilidade de risco cambial em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizados as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2017. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa		Desvalorização
	2017	2016	
<b>Cenário Provável</b>			
Dólar	3,3080		0%
Euro	3,9693		0%
<b>Cenário Possível</b>			
Dólar	4,1350		25%
Euro	4,9616		25%
<b>Cenário Remoto</b>			
Dólar	4,9620		50%
Euro	5,9540		50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	2017			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	73.462	73.462	168.184
Equivalentes de caixa	Valor justo	563.651	563.651	2.776.233
Aplicações financeiras	Valor justo			91.789
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.304.807	3.304.807	6.384.176
Creditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.186.125	1.186.125	5.805.685
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	870.125	870.125	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.301
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			20.910
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309

Mensuração contábil	2016			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.362.097	3.362.097	6.810.927
Creditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044
<b>Passivo</b>				





# TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

tudo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a..

2017									
Cenário provável					Cenários de taxas de juros				
					Cenário possível			Cenário remoto	
					USD			USD	
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI
6,89%	7,0%	1,8371%	8,61%	8,75%	2,2263%	10,34%	10,30%	2,56%	10,30%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

2017									
Controladora					Consolidado				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	399.868	417.592	435.151	399.868	417.592	435.151		
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	656.103	820.130	984.156	411.634	514.543	617.452		
Dívidas em USS LIBOR	Alta da USS	374.109	403.995	433.880	374.109	403.995	433.880		
<b>Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros</b>		<b>1.430.080</b>	<b>1.641.717</b>	<b>1.853.187</b>	<b>1.185.611</b>	<b>1.336.130</b>	<b>1.486.483</b>		
<b>Total (ganho) perda</b>			<b>211.637</b>	<b>423.107</b>		<b>150.519</b>	<b>300.872</b>		

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6 % das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez  
O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Faço ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

2017					2016				
Controladora					Consolidado				
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016
<b>Receita bruta de vendas e /ou serviços</b>	<b>11.196.163</b>	<b>(13.761.473)</b>	<b>30.534.804</b>	<b>33.270.925</b>	<b>11.196.163</b>	<b>(13.761.473)</b>	<b>30.534.804</b>	<b>33.270.925</b>	<b>11.196.163</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(3.499.893)</b>	<b>(4.463.889)</b>	<b>(10.648.502)</b>	<b>(12.503.913)</b>	<b>(3.499.893)</b>	<b>(4.463.889)</b>	<b>(10.648.502)</b>	<b>(12.503.913)</b>	<b>(3.499.893)</b>
<b>Tributos</b>	<b>(2.699.460)</b>	<b>(2.864.301)</b>	<b>(6.127.168)</b>	<b>(6.115.655)</b>	<b>(2.699.460)</b>	<b>(2.864.301)</b>	<b>(6.127.168)</b>	<b>(6.115.655)</b>	<b>(2.699.460)</b>
<b>Outras deduções</b>	<b>(800.433)</b>	<b>(1.599.088)</b>	<b>(4.521.334)</b>	<b>(6.388.258)</b>	<b>(800.433)</b>	<b>(1.599.088)</b>	<b>(4.521.334)</b>	<b>(6.388.258)</b>	<b>(800.433)</b>
<b>Receitas de vendas e /ou serviços</b>	<b>7.696.270</b>	<b>9.298.084</b>	<b>19.946.302</b>	<b>20.767.012</b>	<b>7.696.270</b>	<b>9.298.084</b>	<b>19.946.302</b>	<b>20.767.012</b>	<b>7.696.270</b>

2017					2016				
Controladora					Consolidado				
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016
<b>Recursos de terceiros</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>
<b>Aluguéis e seguros</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>
<b>Serviço de manutenção da rede</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>
<b>Interconexão</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>
<b>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>
<b>FISTEL</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>
<b>Publicidade e propaganda</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>
<b>Materiais</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>
<b>Custos de aparelhos e outros</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>
<b>Taxa de promoção do contrato de concessão - ANATEL</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>
<b>Outros custos e despesas</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>

2017					2016				
Controladora					Consolidado				
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016
<b>Recursos de terceiros</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>
<b>Aluguéis e seguros</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>
<b>Serviço de manutenção da rede</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>
<b>Interconexão</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>
<b>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>
<b>FISTEL</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>
<b>Publicidade e propaganda</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>
<b>Materiais</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>
<b>Custos de aparelhos e outros</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>
<b>Taxa de promoção do contrato de concessão - ANATEL</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>
<b>Outros custos e despesas</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>

2017					2016				
Controladora					Consolidado				
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	2016
<b>Recursos de terceiros</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>	<b>(2.163.961)</b>	<b>(5.401.658)</b>	<b>(5.425.032)</b>	<b>(1.944.930)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>	<b>(2.247.106)</b>	<b>(3.959.232)</b>	<b>(4.105.515)</b>	<b>(2.002.421)</b>
<b>Aluguéis e seguros</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>	<b>(1.732.951)</b>	<b>(3.737.975)</b>	<b>(3.895.671)</b>	<b>(1.571.036)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>	<b>(767.573)</b>	<b>(2.511.945)</b>	<b>(2.481.759)</b>	<b>(678.982)</b>
<b>Serviço de manutenção da rede</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>	<b>(1.635.338)</b>	<b>(924.910)</b>	<b>(1.071.219)</b>	<b>(1.070.109)</b>
<b>Interconexão</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>	<b>(1.252.775)</b>	<b>(718.789)</b>	<b>(1.004.854)</b>	<b>(692.581)</b>
<b>Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>	<b>(154.743)</b>	<b>(630.901)</b>	<b>(629.856)</b>	<b>(241.013)</b>
<b>FISTEL</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>	<b>(18.610)</b>	<b>(568.300)</b>	<b>(653.877)</b>	<b>(12.448)</b>
<b>Publicidade e propaganda</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(192.893)</b>	<b>(335.303)</b>	<b>(341.401)</b>	<b>(163.567)</b>
<b>Materiais</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>	<b>(94.660)</b>	<b>(322.700)</b>	<b>(157.639)</b>	<b>(134.758)</b>
<b>Custos de aparelhos e outros</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>	<b>(55.804)</b>	<b>(59.675)</b>	<b>(60.746)</b>	<b>(43.414)</b>
<b>Taxa de promoção do contrato de concessão - ANATEL</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>	<b>(23.116)</b>	<b>(77.092)</b>	<b>(61.358)</b>	<b>(28.558)</b>
<b>Outros custos e despesas</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>	<b>(10.339.530)</b>	<b>(19.462.529)</b>	<b>(20.041.101)</b>	<b>(9.273.817)</b>

Despesas financeiras e outros encargos		2017		2016	
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>					
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458,486)	(398,847)	(1,620,116)		543,798
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669,331)	(788,496)	(844,389)		(934,189)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67,241)	923,125	(67,525)		921,800
Juros sobre debêntures	(4,886)	(2,14)	(4,886)		(3,214)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(973,875)			(973,875)
<b>Sub-total:</b>	<b>(1,200,304)</b>	<b>(1,241,307)</b>	<b>(2,536,916)</b>		<b>(442,096)</b>
<b>b) Outros encargos</b>					
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536,633)	(256,291)	(669,845)		(390,165)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(177,911)	(244,540)	(362,263)		(417,080)
Atualização monetária de provisões	(284,920)	(301,961)	(500,274)		(383,145)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6,598)	(5,536)	(9,558)		(8,918)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (i)	25,154	(39,456)	24,234		(39,921)
Outros despesas	(201,508)	(159,284)	(261,903)		(207,277)
<b>Sub-total:</b>	<b>(1,182,416)</b>	<b>(1,007,068)</b>	<b>(1,779,609)</b>		<b>(1,446,506)</b>
<b>Total</b>	<b>(2,382,720)</b>	<b>(2,248,373)</b>	<b>(4,316,525)</b>		<b>(2,888,602)</b>

CNPJ 33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial									
	Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:									
	Controladora									
	2017									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2017									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladas e Negócios em conjunto									
	Patrimônio líquido									
	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									
	Controladora									
	2016 (Reapresentado)									
	Qtd. milhares de Ações									
	Ordinárias Preferenciais Cotas									
	Participação - %									
	Capital total Capital votante									



← continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>1.488.812</b>	<b>13.598.936</b>	<b>31.524.548</b>	<b>21.765.669</b>	<b>1.934.089</b>	<b>3.934.268</b>	<b>74.246.322</b>
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	4.840	261	300	1.045	1.438	72.190	80.074
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230	16.934	24.429	3.535.737
Baixas	(15.216)		(5.029)	(115.220)	(789)	(504)	(136.757)
Transferências	(273.826)	76.416	1.665.103	387.390	425	84.492	
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>	<b>1.990.432</b>	<b>13.675.678</b>	<b>33.450.179</b>	<b>22.542.114</b>	<b>1.952.098</b>	<b>4.114.875</b>	<b>77.275.376</b>
Adições	3.693.323	1.140	258.515	116.541	49.323	4.155.584	8.130.526
Baixas	(78.463)	(1.095)	(12.260)	(630.512)	(18.266)	(12.386)	(655.875)
Transferências	(2.869.509)	32.009	1.573.155	799.412	102.588	352.345	
<b>Saldo em 2017</b>	<b>2.750.783</b>	<b>13.707.372</b>	<b>35.269.589</b>	<b>22.827.655</b>	<b>2.066.328</b>	<b>4.498.277</b>	<b>81.120.364</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>							
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(31.475)	
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(64.743)	(196.028)	(3.260.581)	
Baixas		4.220	102.983	534	503	108.240	
Transferências	(181)	(8.492)	8.811				
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>	<b>(2.180.172)</b>	<b>(21.882.250)</b>	<b>(18.922.868)</b>	<b>(1.504.760)</b>	<b>(2.940.988)</b>	<b>(57.431.038)</b>	
Despesas de depreciação	(305.817)	(1.713.049)	(808.398)	(50.017)	(12.386)	(555.875)	
Baixas	27	11.354	532.108		12.386	555.875	
Transferências		(678)	(452)	(54.131)	55.259		
<b>Saldo em 2017</b>	<b>(2.485.962)</b>	<b>(23.594.620)</b>	<b>(19.199.600)</b>	<b>(1.608.908)</b>	<b>(3.233.739)</b>	<b>(60.112.829)</b>	
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>1.488.812</b>	<b>1.759.367</b>	<b>11.463.364</b>	<b>3.574.706</b>	<b>493.846</b>	<b>1.219.005</b>	<b>19.999.100</b>
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.990.432	1.495.506	11.567.929	3.619.246	447.338	1.173.887	20.294.338
Saldo em 2017	2.750.783	1.221.770	11.684.969	3.628.055	457.420	1.264.538	21.007.535
Taxa anual de depreciação (média)		10%	11%	9%	7%	13%	
(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.							
<b>Informações adicionais</b>							
De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.902.617 (2016 - R\$ 4.978.905 e 01/01/2016 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.							
<b>16. INTANGÍVEL</b>							
	Controladora						
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total	
<b>Custo do intangível</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>16.107</b>	<b>2.490.534</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>138.283</b>	<b>2.881.364</b>	
Adições	59.575	16.040			290	75.905	
Transferências	(72.741)	72.060			681		
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>	<b>2.941</b>	<b>2.578.634</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>139.254</b>	<b>2.957.269</b>	
Adições	3.360	2.559			501	4.120	
Baixas		(1.095)			1.641	(1.095)	
Transferências	(4.342)	2.693			509		
<b>Saldo em 2017</b>	<b>1.959</b>	<b>2.580.491</b>	<b>230.030</b>	<b>6.410</b>	<b>141.044</b>	<b>2.960.294</b>	
<b>Amortização acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>		<b>(1.918.798)</b>	<b>(225.482)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(121.937)</b>	<b>(2.271.555)</b>	
Despesas de amortização		(2.374.600)			(1.568)	(242.543)	
Transferências		13			(13)		
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>		<b>(2.156.278)</b>	<b>(227.050)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(125.430)</b>	<b>(2.514.098)</b>	
Despesas de amortização		(177.105)	(1.795)		(2.024)	(180.925)	
Baixas		55			55	55	
<b>Saldo em 2017</b>		<b>(2.333.328)</b>	<b>(228.846)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(127.454)</b>	<b>(2.694.968)</b>	
<b>Intangível líquido</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>16.107</b>	<b>517.738</b>	<b>4.548</b>	<b>1.070</b>	<b>16.346</b>	<b>609.809</b>	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	2.941	422.356	2.980	1.070	13.824	445.171	
Saldo em 2017	1.959	247.163	1.184	1.070	13.950	265.312	
Taxa anual de amortização (média)		20%			20%		
	Consolidado						
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total	
<b>Custo do intangível</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>31.286</b>	<b>5.478.506</b>	<b>3.453.477</b>	<b>7.252</b>	<b>1.706.479</b>	<b>10.677.000</b>	
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		30.732				30.732	
Adições	357.537	24.241	84.312		56.332	522.422	
Transferências	(368.030)	332.088	25	(1.111)	37.028		
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>	<b>20.793</b>	<b>5.865.567</b>	<b>3.537.814</b>	<b>6.141</b>	<b>1.799.839</b>	<b>11.230.154</b>	
Adições	332.276	4.300			74.704	4.106	
Baixas	(335.783)	(1.115)			(10.472)	(1.115)	
Transferências	(335.783)	345.682	743		10.472		
<b>Saldo em 2017</b>	<b>17.286</b>	<b>6.214.434</b>	<b>3.538.557</b>	<b>6.141</b>	<b>1.863.901</b>	<b>11.640.319</b>	
<b>Amortização acumulada</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>		<b>(4.209.557)</b>	<b>(2.527.021)</b>	<b>(5.336)</b>	<b>(1.117.040)</b>	<b>(7.858.954)</b>	
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		(14.774)				(14.774)	
Despesas de amortização		(513.871)	(230.721)		(100.342)	(844.934)	
Transferências		898	(1.553)		655		
<b>Saldo em 2016 (Reapresentado)</b>		<b>(4.737.304)</b>	<b>(2.759.295)</b>	<b>(5.336)</b>	<b>(1.216.727)</b>	<b>(8.718.662)</b>	
Despesas de amortização		(462.259)	(173.790)		(85.517)	(721.566)	
Baixas		55			55	55	
<b>Saldo em 2017</b>		<b>(5.199.508)</b>	<b>(2.933.085)</b>	<b>(5.336)</b>	<b>(1.302.244)</b>	<b>(9.440.173)</b>	
<b>Intangível líquido</b>							
<b>Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)</b>	<b>31.286</b>	<b>1.268.949</b>	<b>926.456</b>	<b>1.916</b>	<b>589.439</b>	<b>2.818.046</b>	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	1.128.263	778.519	805	583.112	2.511.492	
Saldo em 2017	17.286	1.014.926	605.478	805	561.657	2.201.144	
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		16%		
<b>17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:</b>							
<b>Empréstimos e financiamentos por natureza</b>							
Os contratos vigentes estabelecem que o pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui evento de inadimplência. Entretanto, de acordo com a Lei nº 11.101/2008, os créditos sujeitos à recuperação judicial não podem ser demandados das Recuperandas durante o "stay period" previsto no aludido diploma legal e devem ser pagos exclusivamente na forma do plano de recuperação judicial aprovado e homologado, por força da novação operada pelo plano, de modo que não há mora ou inadimplência por parte das Recuperandas. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis são apresentados no passivo circulante e estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e câmbio do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial, ("Plano" ou "PRJ"), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.							
	Consolidado						
	2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Instituições financeiras	10.670.470	9.849.397	11.064.559	11.917.040	11.055.452	12.344.194	
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.873.716	2.598.001	2.416.314	2.873.716	2.598.001	2.416.314	Jul/2016 a Mensal/
CRI - Certificados de Recebíveis							Jul/2028
Imobiliários	1.206.850	1.095.597	947.240	1.206.850	1.095.597	947.240	Agos/2022 Anual
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.520.904	6.155.799	7701.005	7836.474	7361.854	8.980.640	Jul/2016 a Mensal/
Debêntures públicas	58.124	53.237	50.023	58.124	53.237	50.023	Jul/2021 Anual
Mutuo e Debêntures com partes relacionadas (Nota 24)	4.360.441	3.964.333	2.684.640	10.474.975	8.952.421	3.164.547	Dez/2017 Anual
Subtotal	15.020.035	13.866.987	13.799.222	22.450.139	20.061.110	15.558.764	
(30.334)	(119.396)	(124.028)	(91.714)	(119.396)	(124.028)	(91.714)	
<b>Total</b>	<b>14.929.701</b>	<b>13.747.591</b>	<b>13.675.202</b>	<b>22.358.425</b>	<b>19.939.554</b>	<b>15.431.804</b>	
Circulante	11.045.059	10.230.530	2.259.612	13.013.574	11.691.481	2.528.653	
Não circulante	3.884.642	3.517.061	11.415.590	9.344.851	8.248.073	12.903.151	
<b>Custos de transações por natureza</b>							
	Consolidado						
	2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Instituições financeiras	90.334	119.396	124.028	91.714	121.556	126.960	
<b>Total</b>	<b>90.334</b>	<b>119.396</b>	<b>124.028</b>	<b>91.714</b>	<b>121.556</b>	<b>126.960</b>	
Circulante	90.334	119.396	124.028	91.714	121.556	126.960	
Não circulante			92.740			94.900	
<b>Composição da dívida por moeda</b>							
	Consolidado						
	2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Reais	9.734.220	8.815.304	7.672.575	10.348.266	9.413.815	9.425.177	
Dólar			6.814.678		5.593.452		
Norte-Americano	5.195.481	4.932.287	6.002.627	5.195.481	4.932.287	6.002.627	
<b>Total</b>	<b>14.929.701</b>	<b>13.747.591</b>	<b>13.675.202</b>	<b>22.358.425</b>	<b>19.939.554</b>	<b>15.431.804</b>	

Composição da dívida por indexador

Indexador/ Taxa	Controladora				Consolidado			
	2016		01/01/2016	2016		01/01/2016		
	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Taxa pré-fixada	2,25% a.a. - CDI	660.544	630.138	1.005.578	7.746.177	6.479.300	1.290.370	
CDI	1,83% a.a.	6.667.852	6.031.730	5.011.489	5.967.708	5.426.345	5.491.395	
Dólar	0,90% a.a. - Libor							
Libor	2,50% a.a.	4.725.685	4.482.646	5.186.468	4.725.685	4.482.646	5.186.468	
TJLP	4,08% a.a.	1.628.796	1.476.832	1.501.433	2.631.042	2.384.026	2.432.586	
ILCA	0,50% a.a.	1.246.824	1.126.245	970.234	1.246.824	1.126.245	970.234	
INPC	2,43% a.a.				40.389	40.392	60.751	
<b>Total</b>		<b>14.929.701</b>	<b>13.747.591</b>	<b>13.675.202</b>	<b>22.358.425</b>	<b>19.939.554</b>	<b>15.431.804</b>	
<b>Garantias</b>								
Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada OI Móvel. A Companhia presta apoio a sua controlada OI Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.313 milhões.								
<b>“Covenants”</b>								
A Companhia e sua controlada OI Móvel, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano.								
De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de “covenants” financeiros dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.								
<b>18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR</b>								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
SMP				4.649	7.812	905.601		
Concessões STFC	55.804			16.261	73.682	12.936		
<b>Total</b>	<b>55.804</b>	<b>20.910</b>	<b>81.494</b>	<b>20.910</b>	<b>81.494</b>	<b>918.537</b>		
Circulante	55.804			20.306	77.421	911.930		
Não circulante				604	4.073	6.607		
Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e Concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3/g conforme previsto no cronograma de pagamentos.								
<b>19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL</b>								
O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	230.447	249.702	270.218	270.768	314.172	315.434		
PRT (MP nº 766/2017) (i)	105.289			118.582				
PRT (Lei nº 13.492/2017) (ii)	2.424			77.960				
<b>Total</b>	<b>338.160</b>	<b>249.702</b>	<b>270.218</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
Circulante	115.114	318.777	30.945	131.660	48.542	35.739		
Não circulante	223.046	217.825	239.273	260.649	265.630	279.695		
Os valores de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.492/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, ali, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:								
	Consolidado			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	33.238	2.258	32.464	77.960	80.825	83.112		
Juros	15.883	16.259	32.142	32.142	33.301	34.243		
Total	116.71	14.104	174.240	198.005	205.222	214.083		
COFINS	611	1.004	3.029	3.029	14.121	6.221		
Imposto de renda	7.328	10.501	94.963	112.792				
PIS	5.117		673	5.790				
Contribuição social	2.959		2.959					
PRT - Demais Débitos - RFB	686	517	6.189	7.402	18.744	9.488		
PRT - Previdenciário - INSS	7.328							
PRT - Previdenciário - RFB	2.959							
<b>Total</b>	<b>112.758</b>	<b>16.362</b>	<b>263.189</b>	<b>392.309</b>	<b>314.172</b>	<b>315.434</b>		
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:								
	Controladora			Consolidado				
	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)		
Princpal	24.862	1.761	103.807	130.430	146.659	161.287		
Multas	3							





—continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPRP (Unidade Previdenciária BrT). Não existe contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 29 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 29 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade. 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados das contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 25% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(vi) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNBP sob o nº 2004.0009-29.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Básica do resultado de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidade de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, estudada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Participante é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18/03/2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2004.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não conservava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento de benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliadas na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

Controladora					2017					Planos de Assistência Médica				
					Planos de Pensão									
					PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA						
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>					279.147	3.265.462	3.486.769	2.075.073						
Juros sobre obrigações atuariais					31.697	372.039	393.424	234.464						
Custo do serviço corrente					33	1.304		89						
Contribuições de participantes vertidas no ano					41									
Benefícios pagos líquidos					(22.480)	(247.566)	(344.255)	(170.127)						
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes					11.770	184.763	154.172	416.473						
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>					300.208	3.576.002	3.690.110	2.555.972						
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>					306.505	3.605.460	3.560.600	2.398.818						
Rendimentos dos ativos do plano					34.946	412.261	615.098	271.857						
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora														
Pagamento de benefícios					(22.480)	(247.566)	(344.256)	(170.127)						
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos														
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes					32.880	102.673	258.697	165.266						
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>					351.965	3.872.828	5.890.139	2.665.814						
<b>(e) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>					(51.757)	(296.826)	(2.200.029)	(109.842)						
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso					51.757	296.826	2.200.029	109.842						
<b>(e) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido<sup>(1)</sup></b>														
Controladora					2016 (Reapresentado)					Planos de Assistência Médica				
					Planos de Pensão									
					PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA						
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>					238.440	2.613.323	2.957.032	1.070.450						
Juros sobre obrigações atuariais					29.768	328.145	367.355	136.029						
Custo do serviço corrente					24	1.586		37						
Contribuições de participantes vertidas no ano					42									
Benefícios pagos líquidos					(21.115)	(230.684)	(292.754)	(135.107)						
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes														
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>					279.148	3.265.462	3.486.769	2.075.073						
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>					271.134	3.049.815	5.030.307	2.007.048						
Rendimentos dos ativos do plano					34.062	385.326	638.954	258.724						
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora					115									
Pagamento de benefícios					(21.115)	(230.685)	(292.755)	(135.107)						
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos														
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes					22.310	401.004	(15.906)	268.153						
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>					306.506	3.605.460	5.360.600	2.398.818						
<b>(e) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido</b>					(27.358)	(339.998)	(1.873.831)	(323.745)						
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso					27.358	339.998	1.873.831	323.745						
<b>(e) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido<sup>(1)</sup></b>														

Controladora											
01/01/2016 (Reapresentado)										Planos de Assistência Médica	
Planos de Pensão										PAMA	
PBS-Telemar		TelemarPrev		PBS-A		PBS-TNC		CELPREV	PAMA		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício											
242.108		2.704.907		3.048.999		3.048.999					
27.446		308.055		343.562		343.562					
80		2.157									
43											
(19.368)		(206.501)		(294.854)				1.070.450			
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
(11.869)		(195.295)		(140.674)							
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
238.440		2.613.323		2.957.033		1.070.450					
251.978		2.920.300		5.868.212							
28.622		333.537		67.7075							
114											
(19.368)		(206.501)		(294.854)							
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos											
						(1.675.895)		2.007.048			
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
9.788		2.479		455.770							
271.134		3.049.815		5.030.308		2.007.048					
(32.694)		(436.492)		(2.073.275)		(936.598)					
Valor do passivo(ativo) atuarial líquido											
114											
32.694		436.492		2.073.275		936.598					
Valor do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso											
Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido(1)											
Consolidado											
2017											
Planos de Pensão											
BrTPREV		TCSPPREV		PBS-Telemar		Telemar Prev		PBS-TNC		CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício											
1.538		2.696		279.148		3.346.198		3.486.789		29.204	133
173		311		31.697		381.256		393.424		3.428	15
23		56		32		1.506		38		7	89
Contribuições de participantes vertidas no ano											
(88)		(11)		41				7			
(88)		(11)		(22.480)		(253.289)		(344.256)		(2.354)	(170.127)
Benefícios pagos líquidos											
(99)		(474)		11.770		189.610		154.173		1.705	(114)
Resultado da obrigação atuarial no início do exercício											
1.547		2.578		300.208		3.665.281		3.690.110		31.938	41
1.547		2.578		300.208		3.665.281		3.690.110		31.938	41
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
1.204		8.690		305.505		3.693.378		5.360.600		54.684	2.553
134		1.021		34.946		422.327		615.098		6.343	301
Rendimentos dos ativos do plano no início do exercício											
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora											
Contribuições normais recebidas pelo plano											
Patrocinadora											
Participantes											
(88)		(11)		114				19			
(88)		(11)		(22.480)		(253.289)		(344.256)		(2.354)	(170.127)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos											
(88)		(1644)		32.880		107.102		258.697		1.030	(174)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
1.162		8.056		351.965		3.969.518		5.890.139		59.722	2.682
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
1.162		8.056		351.965		3.969.518		5.890.139		59.722	2.682
Valor do passivo(ativo) atuarial líquido											
385		(5.478)		(51.757)		(304.237)		(2.200.029)		(27.784)	(2.641)
Valor do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso											
1.614		51.757		304.237		2.200.029		27.784		2.641	109.842
Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido(1)											
385		(3.864)									
Consolidado											
2016 (Reapresentado)											
Planos de Pensão											
BrTPREV		TCSPPREV		PBS-Telemar		Telemar Prev		PBS-TNC		CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício											
1.439		2.291		238.440		2.678.359		2.957.032		24.918	89
178		293		29.768		336.455		367.355		3.125	11
39		62		24		1.912		38		4	37
Contribuições de participantes vertidas no ano											
(83)		(10)		42				9			1
(83)		(10)		(21.115)		(235.978)		(292.754)		(2.325)	(135.107)
Benefícios pagos líquidos											
(35)		60		31.989		564.450		455.136		3.439	28
Resultado da obrigação atuarial no início do exercício											
1.538		2.696		279.148		3.346.198		3.486.789		29.204	133
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
1.151		7.183		271.134		3.134.969		5.030.307		50.269	2.501
141		934		34.062		396.140		638.954		6.449	327
Rendimentos dos ativos do plano no início do exercício											
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora											
Contribuições normais recebidas pelo plano											
Patrocinadora											
Participantes											
(83)		(10)		115				21			2
(83)		(10)		(21.115)		(235.978)		(292.755)		(2.325)	(135.107)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos											
(5)		583		22.310		398.247		(15.906)		270	(277)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
1.204		8.690		306.506		3.693.378		5.360.600		54.684	2.553
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
334		(5.994)		(27.358)		(347.180)		(1.873.831)		(25.480)	(2.420)
Valor do passivo(ativo) atuarial líquido											
1.476		27.358		347.180		1.873.831		25.480		2.420	323.745
Valor do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso											
334		(4.518)									
Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido(1)											
334		(4.518)									
Consolidado											
01/01/2016 (Reapresentado)											
Planos de Pensão											
BrTPREV		TCSPPREV		PBS-Telemar		Telemar Prev		PBS-TNC		CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício											
1.478		2.006		242.108		2.769.924		3.048.999		25.842	94
165		296		27.446		315.487		343.562		2.940	10
33		58		80		2.600		343.562		62	4
Contribuições de participantes vertidas no ano											
(74)		(12)		43				18			1
(74)		(12)		(19.368)		(21.326)		(294.854)		(1.967)	(107.450)
Benefícios pagos líquidos											
(163)		3		11.869		(197.326)		(140.674)		(1.977)	(20)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
1.439		2.291		238.440		2.679.359		2.957.033		24.918	89
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
1.132		5.730		251.978		2.994.597		5.868.212		48.794	2.367
124		676		28.622		342.065		67.7075		5.658	279
Rendimentos dos ativos do plano no início do exercício											
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora											
Contribuições normais recebidas pelo plano											
Patrocinadora											
Participantes											
(74)		(12)		114				35			4
(74)		(12)		(19.368)		(21.326)		(294.854)		(1.967)	(107.450)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos											
(30)		789		9.788		9.633		455.770		(2.251)	(149)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes											
1.152		7.183		271.134		3.134.969		5.030.308		50.269	2.501
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício											
287		(4.892)		(32.694)		(455.610)		(2.073.275)		(25.351)	(2.412)
Valor do passivo(ativo) atuarial líquido											
287		(4.892)		(32.694)		(455.610)		(2.073.275)		(25.351)	(2.412)
Valor do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso											
32.694		455.610		2.073.275		25.351		2.412		936.598	
Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido(1)											
287		(4.892)									
A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições gerais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPPREV reconhecido pelas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 3.864 (2016 - R\$ 4.518 e 01/01/2016 - R\$ 4.892), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.											

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial									
CNPJ 33.000.118/0001-79									
Componentes de despesas (receitas) dos benefícios									
Controladora									
2017									
Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		PAMA			
PBS-Telemar	Telemar	Prev	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	PAMA
Custo do serviço corrente	33	1.304							89
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424						234.464
Rendimento dos ativos do plano	(34.945)	(412.261)	(615.098)						(271.857)
Juros sobre o passivo oneroso	3.298	40.222	221.674						37.393
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(21)	(1.304)							(89)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>									
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes									
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido									
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>									
Controladora									
2016 (Reapresentado)									
Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		PAMA			
PBS-Telemar	Telemar	Prev	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	PAMA
Custo do serviço corrente	24	1.586							37
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355						136.029
Rendimento dos ativos do plano	(34.062)	(385.326)	(638.954)						(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso	4.282	57.180	271.599						122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(12)	(1.585)							(37)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>									
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes									
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido									
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>									
Consolidado									
2017									
Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		PAMA			
BRT-Prev	TCS-Prev	PBS-Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	CEL-Prev	PAMA
Custo do serviço corrente	23	56	33	1.506		7			89
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256	393.424	3.328			234.464
Rendimento dos ativos do plano	(134)	(846)	(34.945)	(422.327)	(615.098)	(6.343)			(271.857)
Juros sobre o passivo oneroso			3.236	41.071	221.674	3.014			37.393
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(20)	(1.506)		(47)			(89)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	62	56							
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes			(10)	(1.132)					
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido									
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	(10)	(1.132)							
Consolidado									
2016 (Reapresentado)									
Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		PAMA			
BRT-Prev	TCS-Prev	PBS-Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	CEL-Prev	PAMA
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912		38			37
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	29.767	336.455	367.355	3.125			136.029
Rendimento dos ativos do plano	(141)	(934)	(34.062)	(396.140)	(638.954)	(6.449)			(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso			4.283	59.685	271.599	3.321			122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(12)	(1.912)		(35)			(37)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>	76	(579)							
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes			(30)	(953)					
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido									
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>	(30)	(953)							
Principais premissas atuariais adotadas									
2017									
Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		PAMA			
BRT-Prev	TCS-Prev	PBS-Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	CEL-Prev	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%
Taxa estimada de inflação	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por patrão-nadora	Por patrão-nadora	Por patrão-nadora	Por patrão-nadora	N/A	9,35%	8,04%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	4,30%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%	9,83%
Tábuas biométricas de mortalidade geral	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000	suavizada em 15%, AT-2000
Tábuas biométricas de entrada e saída	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49	suavizada em 100%, AT-49
Tábuas biométricas de mortalidade de invalidez	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo
Tábuas biométricas de mortalidade de invalidez	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrão-nadora	Por patrão-nadora	Nula	N/A	N/A	2%	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	743%	743%
N/A = Não aplicável.									
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2017</b>									
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2017.									
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2017 e para o PAMA é de 30 de junho de 2017, projetado para 31 de dezembro de 2017.									
<b>Política de investimentos dos planos</b>									
A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.									
Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:									
SEGMENTO DO ATIVO	BRT-Prev	TCS-Prev	PBS-Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	17,00%	10,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	0,50%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	6,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	3,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:									
SEGMENTO DO ATIVO	BRT-Prev	TCS-Prev	PBS-Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL-Prev	PBS-TNC	PAMA
Renda fixa	92,17%	84,25%	88,01%	91,40%	92,24%	98,93%	98,03%	100,00%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	1,59%				
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,21%				
Investimentos no exterior	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	4,99%				
Imóveis	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	0,97%	1,06%	1,97%		
Empréstimos a participantes	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Total</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>b) Participações dos empregados nos resultados</b>									
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 125.616 na controladora e R\$ 224.535 no consolidado.									

## 24. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da "holding" Oi)

	Controladora		01/01/2016		Consolidado		01/01/2016	
	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Ativo</b>								
<b>Títulos de emissão de partes relacionadas</b>								
<i>(“Senior Notes”)</i>								
Oi Holanda				61.487				61.487
Oi				61.487				61.487
<b>Contas a receber</b>	1.890.194	1.089.829	954.947	577.782		800.637		399.093
Oi	121.174	71.623	59.507	57.738		57.738		396.135
Rio Alto	193	351	273	193		351		558
Oi Móvel	1.653.217	977.124	862.318					
Brt Multimídia	52.787	21.796	16.228					
Oi Internet	62.622	16.921	15.857					
Serdele	155	2	79					
Paggo Administradora	46	2						
<b>Creditos com controladas</b>	173	157	23.979	4.619.733		4.143.112		25.715
Oi Serviços Financeiros				4.619.733		4.142.241		1.858
Oi Móvel						871		23.647
<b>Debiturtes</b>	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952		1.075.514		939.723
Oi	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952		1.075.514		939.723
<b>Dividendos a receber</b>	870.125	1.155.950	184.485	27.940		27.940		27.940
Brt Multimídia	127.996	87.593	20.500					
Brt Serviços Financeiros	2.457	1.856	1.165					
Oi Móvel	348.590	348.590	124					
Opzetis	27.940	27.940	15.340	27.940		27.940		27.940
Oi Internet	363.142	700.971	133.666					
<b>Demais ativos</b>	380.112	258.147	124.603	58.265		79.382		210.748
Oi	8.596	3.685	124.500	58.265		79.382		210.748
Oi Móvel		56.946	103					
Serdele	138.862	39.455						
Brt Multimídia	29	514						
Oi Internet		24.599						
Rede Conecta	232.625	132.688						



—continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Consolidado	
	2016
Modalidade de seguro	(Respostando)
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000,00
Incêndio – estoques	150.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	264.640
Roubo – estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000
Responsabilidade civil – veículos	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2017 (ptax): R\$ 33,080 = US\$ 1,00

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Aquisição de investimentos

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso à banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2015, a Serede, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia e Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada como operação separada de uma combinação de negócios, considerando relacionamentos preexistentes entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos identificáveis até a data do balanço apresentados abaixo:

ARM Engenharia / Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	219.970
Ativo não circulante	41.692
Ativo total	261.662
Passivo circulante	665.307
Passivo não circulante	507.225
Patrimônio líquido	(911.510)
Passivo total	261.662

b) Celebração de Memorando de Entendimento – Oi S.A. e Tim S.A.

Em 26 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou um memorando de entendimento ("Memorandum of Understanding" - MOU) com a TIM Participações S.A. ("TIM"). Este memorando inicia uma fase de tratativas que buscam equacionar suas respectivas controvérsias e abre um novo ciclo de planejamento de compartilhamento de infraestrutura, na mesma linha de parcerias que já são praticadas atualmente no mercado de telecomunicação brasileiro. A iniciativa fortalece um ambiente propício e de colaboração industrial dentro de um contexto de concorrência saudável para o setor de telecomunicações.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel

No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, ambas subsidiárias indiretas da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.1.6 e 7.1 do PRJ da Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemar, Copart 4, Copart 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e recuperação financeira. As Recuperações previstas no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperações e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

Efeitos estimados do PRJ

Como resultado da aprovação do PRJ em AGC realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e a posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, com publicação no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, iniciou-se a reestruturação dos passivos submetidos a Recuperação Judicial, nas condições previstas no PRJ e resumidas na Nota 1, o que deverá resultar em significativa redução de tais passivos. Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconhece qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da recuperação judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37).

Não obstante os passivos financeiros registrados no balanço de 31 de dezembro de 2017 não estejam afetados pelos efeitos do PRJ e não estejam reunidas todas as condições para concluir sobre a avaliação desses efeitos e sobre o momento do seu reconhecimento, a Administração entende ser relevante, nos termos do CPC 26 (IAS 1), proceder à divulgação da sua melhor estimativa dos efeitos do PRJ nesta data.

A Administração da Companhia ressalva, no entanto, que os efeitos ora divulgados foram determinados com base: (i) em indicadores financeiros (taxa de juro, taxa de câmbio, etc.); (ii) na informação das escolhas dos credores sobre a forma de pagamento; e (iii) no cumprimento das condições precedentes de implementação do PRJ, os quais não dependem inteiramente da Companhia e podem ser alterados, o que poderá resultar em diferenças, face ao efetivo resultado em 2018, incluindo os efeitos do PRJ, que se estima ocorrer ao longo do exercício fiscal de 2018, em função do sucesso no atingimento das condições precedentes (Nota 1).

Em 30 de junho de 2016 os créditos incluídos no PRJ e o valor justo estimado pela Administração dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Valores em R\$ milhões (Consolidado)	Rubricas contábeis correspondentes	Estimativa de valor dos créditos alocados por opção em 20/06/2016	Saldos contábeis em 31/12/2017	Estimativa do valor justo dos créditos em 31/12/2017 reestruturados
Classificação I - Credores Trabalhistas	Contas a pagar e provisões (Notas 16 e 20)	145	145	145
Classificação II - Créditos com Garantia Real <sup>(1)</sup>	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.476	2.865	2.476
Classes III e IV - Credores Quirografários				
Empréstimos e Financiamentos <sup>(1)</sup>	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	8.293	9.070	2.876
Mútuos	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	9.193	10.475	529
Agências Regulatórias	Provisões (Nota 20)	9.549	2.105	2.105
Total		29.555	24.660	8.131

<sup>(1)</sup> Desde 20 de junho de 2016 a Companhia vem mantendo para efeitos contábeis o registro da provisão para juros não pagos (Nota 17).

<sup>(2)</sup> o valor justo estimado dos créditos reestruturados, exclui o valor justo dos instrumentos de capital a emitir no âmbito da permuta de dívida por ações. Valor justo estimado na data-base de 31 de dezembro de 2017 / 5 de fevereiro de 2018.

AFAC

A Companhia registrou em 20 de março de 2018, AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Companhia, no valor total de R\$ 3 bilhões de real, sendo R\$ 1.964.042 em dinheiro e R\$ 1.035.958 em créditos devedores pela Oi. O AFAC deverá ser convertido em capital até 31 de dezembro de 2018. O aumento efetivo em capital social está condicionado à anuência prévia da ANATEL.

DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor Presidente)

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Diretor e Diretor de Finanças)

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Silvio Almeida

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes

CRC-RJ 083.182

DIRETOR DE CONTABILIDADE

David Tavares Neves Nunes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e acionistas da Telemar Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial  
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telemar Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 4.333.855 mil (R\$ 4.271.512 mil na controladora), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 1.916.800 mil (R\$ 924.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições juntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições precedentes a conversão de dívidas em ações em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante que seja causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam impactar significativamente a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Concluímos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-FRJ

Luis Claudio França de Araújo

Contador CRC RJ-091559/O-4.

COM ITAÚ

# Kroton anuncia parceria para Cubo Education

Espaço destinado aos edtechs buscará conhecimento tecnológico ao desenvolvimento da educação no país

A Kroton anunciou uma parceria com o Cubo Itaú, que dará origem à vertical "Cubo Education", um espaço dedicado ao fomento de edtechs - tecnologia aplicada à educação. O espaço buscará agregar valor e conhecimento tecnológico ao desenvolvimento da educação no Brasil, segundo a empresa.

A parceria está alinhada ao planejamento estratégico da Kroton. A empresa disse que pretende ser a companhia de educação "mais digital do mundo", em comunicado ao mercado.

"Ao unir a experiência em educação da Kroton com a capacidade do Cubo Itaú de criar centros estruturados de

startups, as empresas pretendem construir um centro de criação e distribuição de conteúdo aliado a tecnologias educacionais disruptivas", escreveu a empresa.

"A iniciativa contribuirá para um avanço significativo na jornada de transformação digital da companhia, nos colocando numa posição diferenciada para criar novas soluções educacionais que apoiem a transformação da vida de nossos alunos", disse Rodrigo Galindo, CEO da Kroton.

Ainda de acordo com o comunicado, o plano de transformação digital da Kroton compreende uma mudança na sua cultura organizacional, trazendo uma nova forma

de trabalhar, além de investir em processos que aprimorem a experiência do aluno e a proposta de valor oferecida a eles.

A empresa planeja também oferecer aos seus alunos soluções mais adaptadas às necessidades do mercado de trabalho. A Kroton será a responsável por um andar inteiro voltado à educação no prédio do Cubo Itaú, a ser inaugurado no início do próximo semestre.

Esse espaço será dedicado a incubar e acelerar edtechs.

Parte da equipe de inovação da Kroton será alocada nesse espaço, para gerir o relacionamento com as edtechs, acompanhar o desenvolvimento de projetos e identificar possíveis oportunidades.

NA SEQUÊNCIA

# Demanda por bens industriais aumenta pelo segundo mês

A demanda por bens industriais cresceu em abril pelo segundo mês seguido. É o que mostra o Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em abril houve avanço 1,2%, na comparação com março.

De acordo com o Ipea, houve uma repetição do desempenho obtido em março, após a queda de 2,3% em fevereiro, na série com ajuste sazonal.

Alcance assim, no trimestre encerrado em abril, o Indicador Ipea ficou negativo em 1,4%. Segundo o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e autor do estudo Leonardo Mello de Carvalho, a base de comparação era elevada, em

relação ao trimestre terminado em janeiro. Isso por que nesse cálculo foi considerado o "ótimo resultado de dezembro de 2017", com crescimento de 2%. "Desse modo, as altas nos meses de março e abril não foram suficientes para salvar a média do trimestre", explicou.

Os dois componentes do consumo aparente apresentaram resultado positivo em abril: a produção doméstica líquida de exportações, com 1,3%, e as importações de bens industriais, com 2,6%. Na análise das grandes categorias econômicas, os destaques foram os segmentos bens de capital e bens intermediários, com altas de 2,9% e 0,5%, respectivamente. Os demais segmentos tiveram recuos no mês – bens de consumo (1,6%),

bens duráveis (0,2%) e semi e não-duráveis (1,7%). Em relação a abril de 2017, todos os segmentos avançaram.

Ao se avaliar as classes da indústria, embora a extrativa-mineral tenha sofrido recuo de 5% em abril, a demanda por bens da indústria de transformação avançou 1,4%.

Segundo o Ipea, houve crescimento em 12 segmentos da indústria de transformação, de um total de 22. Os que mais contribuíram para o resultado foram "outros equipamentos de transporte", com alta de 12,2%, e "alimentos", com expansão de 11,1%. O principal destaque negativo em abril foi o segmento "metalurgia", que registrou queda de 4,1%.